

Universidades de classe mundial ou universidades socialmente necessárias? Rankings, licenciaturas e função pública no capitalismo dependente

Everton Henrique Eleutério Fargoni ^I  

Resumo

Sob a expansão dos sistemas classificatórios globais, a educação superior latino-americana passou a receber prescrições de qualidade construídas nos centros econômicos dominantes. O artigo examina a contradição entre a universidade de classe mundial e a universidade socialmente necessária, tomando as licenciaturas como índice de compromisso com a escola estatal e com a formação humana. Pergunta-se como os rankings convertem prestígio bibliométrico em comando institucional e quais consequências decorrem desse movimento para países de capitalismo dependente. Derivada de pesquisas recentes desenvolvidas em grupo dedicado à Economia Política da Educação e à formação humana, a investigação assume caráter crítico e teórico-documental, com revisão de produções brasileiras e latino-americanas sobre classificações acadêmicas, autonomia, formação docente, extrema direita, precarização científica e fuga de cérebros. A análise, orientada pelo materialismo histórico-dialético, articula dados comparativos de 2013 a 2022, pesquisas sobre cursos formadores e registros do trabalho científico. Os resultados indicam que a classificação mundial privilegia riqueza acumulada, circulação em inglês, reputação e vínculos empresariais, deixando em plano inferior a docência, a extensão e as necessidades educacionais regionais. Conclui-se que as licenciaturas oferecem um critério histórico para distinguir prestígio mercantil de qualidade social.

Palavras-chave: Autonomia acadêmica; avaliação institucional; Educação Superior; formação docente; trabalho científico.

I. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Professor – apoio da disciplina Política, Organização e Gestão da/na Educação Básica da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil. E-mail: evertonfargoni@gmail.com

World-class universities or socially necessary universities? Rankings, teacher preparation and public purpose in dependent capitalism

Abstract

Under the expansion of global classification systems, Latin American higher learning has been subjected to quality prescriptions produced in dominant economic centers. This article examines the contradiction between the world-class university and the socially necessary university, using teacher preparation as an index of commitment to state schooling and human formation. It asks how rankings convert bibliometric prestige into institutional command and what consequences follow for countries marked by dependent capitalism. Derived from recent research developed by the Research Group on the Political Economy of Education, the inquiry adopts a critical, theoretical, and documentary approach, reviewing Brazilian and Latin American scholarship on academic classification, autonomy, teacher preparation, far-right politics, scientific precarity, and brain drain. Guided by historical-dialectical materialism, the analysis connects comparative data from 2013 to 2022 with research on professional courses and scientific labor. The findings indicate that global classification privileges accumulated wealth, English-language circulation, reputation, and corporate ties, placing teaching, community engagement, and regional educational needs in a secondary position. Teacher preparation therefore supplies a historical criterion for distinguishing market prestige from social quality.

Keywords: Academic autonomy; institutional assessment; professional formation; scientific labor; tertiary teaching.



¿Universidades de clase mundial o universidades socialmente necesarias? Clasificaciones, preparación pedagógica y finalidad pública en el capitalismo dependiente

Resumen

Bajo la expansión de los sistemas globales de clasificación, la enseñanza superior latinoamericana ha recibido prescripciones de calidad producidas en los centros económicos dominantes. El artículo examina la contradicción entre la universidad de clase mundial y la institución socialmente necesaria, tomando la preparación pedagógica como índice de compromiso con la escuela estatal y con la formación humana. Se pregunta cómo las clasificaciones convierten el prestigio bibliométrico en mando institucional y qué consecuencias derivan de ese movimiento para países de capitalismo dependiente. Derivada de investigaciones recientes desarrolladas en el Grupo de Investigación en Economía Política de la Educación, la investigación adopta un carácter crítico, teórico y documental, mediante una revisión de producciones brasileñas y latinoamericanas sobre evaluación académica, autonomía, preparación profesional, extrema derecha, precariedad científica y fuga de cerebros. Orientado por el materialismo histórico-dialéctico, el análisis articula datos comparativos de 2013 a 2022, investigaciones sobre cursos formadores y registros del trabajo científico. Los resultados indican que la clasificación global privilegia riqueza acumulada, circulación en inglés, reputación y vínculos empresariales, relegando la docencia, la extensión y las necesidades educativas regionales. La preparación pedagógica ofrece, por ello, un criterio histórico para distinguir prestigio mercantil de calidad social.

Palabras clave: Autonomía académica; Enseñanza Superior; evaluación institucional; formación profesional; trabajo científico.



Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI, sob a mundialização financeira e a concentração privada da ciência, a universidade latino-americana passou a ser julgada por uma gramática classificatória produzida fora das condições históricas que lhe deram origem. Em tabelas anuais, posições ordinais condensam instituições desiguais, países com capacidades fiscais díspares e sistemas científicos formados por longas assimetrias. A promessa de comparação universal converte diferenças históricas em distâncias numéricas. Por esse expediente, a universidade de classe mundial (UCM) apresenta-se como destino comum, embora os meios materiais de acesso a esse estatuto permaneçam concentrados nos núcleos dominantes da economia mundial.

Na América Latina, a importação desse ideal possui conteúdo próprio. Sob o capitalismo dependente, a modernização universitária ocorreu por associação subordinada aos centros de acumulação, às agências multilaterais e aos circuitos editoriais de língua inglesa. A dependência, nesse quadro, não corresponde a um atraso passageiro que seria vencido pela imitação das instituições mais ricas; ela designa uma forma histórica de integração subordinada, na qual a expansão interna combina ilhas de excelência, desigualdade social persistente, heteronomia científica e transferência contínua de recursos intelectuais para economias centrais. No capitalismo tardio, a universidade recebe a incumbência de produzir conhecimento comercializável, formar força de trabalho adaptável e demonstrar eficiência por indicadores que ocultam a distribuição de riqueza que lhes dá sustentação.

Diante dessa ordem classificatória, duas perguntas conduzem a investigação. Que projeto universitário se constitui quando posições globais passam a orientar prestígio, financiamento, planejamento e identidade institucional? Que lugar é reservado às licenciaturas, à escola estatal e ao trabalho docente quando a medida dominante de qualidade privilegia citações, reputação internacional, prêmios, patentes e receitas empresariais? Entre uma



questão e outra, encontra-se a contradição central deste artigo: a universidade celebrada pelas classificações pode elevar sua visibilidade externa e, ao mesmo tempo, reduzir a centralidade de compromissos vinculados às necessidades educacionais de sua população.

A UCM centrado em concentração de pesquisadores prestigiados, alta disponibilidade financeira, produção indexada, internacionalização seletiva, presença empresarial e capacidade de competir por estudantes, docentes e recursos. Thiengo, Bianchetti e De Mari (2018) demonstram que esse modelo se liga diretamente ao *Academic Ranking of World Universities* e ao *Times Higher Education*¹, cujos indicadores privilegiam premiações, artigos em bases internacionais, citações, reputação e captação de recursos. No plano latino-americano e caribenho, Thiengo, Almeida e Bianchetti (2019) identificaram a atuação dos organismos internacionais na difusão dessa prescrição para países que não integram o centro econômico do capital.

Por universidade socialmente necessária entende-se uma instituição cuja qualidade se mede pela capacidade de produzir conhecimento, formar profissionais, sustentar a escola estatal, preservar autonomia intelectual e responder às necessidades históricas das classes trabalhadoras. Essa formulação não reduz a universidade a assistência imediata, nem subordina a pesquisa a demandas utilitárias de curto prazo. Em direção diversa, ela exige ciência de alta elaboração vinculada aos problemas públicos, formação teórica rigorosa, extensão associada à pesquisa e docência fundada na apropriação crítica do conhecimento acumulado. A função pública, por conseguinte, não é um setor lateral da instituição. Ela constitui o princípio pelo qual ensino, pesquisa e extensão recebem unidade social.

Nesse ponto, as licenciaturas adquirem valor analítico. Em universidades pressionadas a competir por posições, cursos destinados à formação de professores revelam a hierarquia efetiva entre prestígio científico e compromisso educacional. Baixo financiamento, fragmentação curricular, expansão privada a distância, menor reconhecimento acadêmico e vínculos



frágeis dos formadores não são problemas isolados da formação docente. Eles exprimem o lugar concedido à educação básica no projeto universitário. Quando a universidade busca distinção global e relega os cursos formadores, torna-se visível uma cisão entre a reputação institucional e as necessidades da maioria social.

Sob a ofensiva ultraliberal e a ascensão da extrema direita, essa cisão recebeu nova gravidade. Cortes orçamentários, ataques à autonomia, anticientificismo e conversão do direito educacional em serviço encontraram apoio em sociedades marcadas por desemprego, subempregos, jornadas intermitentes e desproteção social. A economia política da insegurança converte sofrimento material em ressentimento contra instituições públicas. No Brasil, Leher (2019; 2021) examinou como austeridade, guerra cultural e refuncionalização empresarial se combinaram na ofensiva contra as universidades federais. Em escala regional, o problema remete às formas pelas quais a autocracia burguesa reaparece em conjunturas de crise, associando disciplina fiscal, privatização e hostilidade à cultura científica.

No âmbito de pesquisas recentes desenvolvidas em grupo dedicado à Economia Política da Educação e à formação humana, este estudo crítico examina o antagonismo entre universidade de classe mundial e universidade socialmente necessária no capitalismo dependente. Sob a longa duração da dependência latino-americana, a universidade pública foi chamada a cumprir uma dupla exigência: responder às necessidades históricas de povos marcados pela apropriação desigual da riqueza e, simultaneamente, submeter-se a critérios transnacionais produzidos nos centros que concentram capital, ciência e prestígio. Nessa cisão, os rankings convertem diferenças históricas em escalas aparentemente universais, fazendo da posição ordinal uma medida de valor institucional e transferindo para países periféricos parâmetros compatíveis com universidades providas de grandes fundos, redes editoriais dominantes e infraestrutura acumulada.



Com base nessa problemática, o estudo tem por objetivo analisar os rankings como forma de comando, as licenciaturas como expressão da função pública e a precarização do trabalho científico como consequência da subordinação universitária. A hipótese sustenta que essa racionalidade classificatória induz, nas formações dependentes, uma seletividade regressiva: recursos e prestígio concentram-se em atividades mensuráveis pelas métricas internacionais, ao passo que a formação docente, a extensão e as necessidades sociais e regionais são rebaixadas. Na América Latina, esse movimento aprofunda a cisão entre universidades orientadas para a competição global e universidades requeridas pela escola pública, pela reprodução ampliada da vida social e pela soberania científica.

Procedimentos metodológicos e composição documental

No plano metodológico, a pesquisa possui natureza qualitativa, teórico-documental e comparativa. A revisão documental mobiliza produções brasileiras e latino-americanas publicadas entre 2003 e 2023, selecionadas por sua relação direta com quatro eixos: classificações acadêmicas e universidade de classe mundial; autonomia e função pública; licenciaturas e formação docente; trabalho científico, extrema direita e fuga de cérebros. A escolha combinou estudos brasileiros, mexicanos, chilenos, venezuelanos e análises de alcance regional, de modo a impedir que a experiência brasileira fosse tomada como representação suficiente da América Latina.

Sob orientação do materialismo histórico-dialético, os documentos foram lidos como expressões de relações sociais determinadas. Em vez de separar indicador, política e instituição, a análise buscou relacionar a composição das métricas às condições de financiamento, à divisão internacional do trabalho científico e às necessidades de reprodução da força de trabalho. Contradição, mediação, historicidade e totalidade organizaram a interpretação. Com esse procedimento, os rankings foram examinados simultaneamente como



técnicas de classificação, mercadorias informacionais, formas de governo e condensações da desigualdade entre sistemas nacionais.

Em termos empíricos, foram selecionados dados que possibilitam três comparações. A primeira confronta a participação latino-americana no conjunto das instituições classificadas com sua presença entre as cem primeiras posições. A segunda relaciona expansão das licenciaturas, modalidade a distância e distribuição público-privada. A terceira aproxima retração orçamentária, saída de profissionais qualificados e precarização do trabalho científico. Os números são empregados como expressões de relações históricas, sem convertê-los em prova autossuficiente.

Por fim, preservamos a diferença entre concordância analítica e uso documental. Estudos que atribuem aos rankings capacidade gerencial ou utilidade estratégica foram incorporados para compreender a legitimidade desses instrumentos, sem adesão à concepção de qualidade que os sustenta. King-Domínguez, Llinàs-Audet e Améstica-Rivas (2018), por exemplo, identificam quatro dimensões na classificação regional do *QS World University Rankings* e tratam seus resultados como informação útil ao planejamento. Ganga-Contreras *et al.* (2022), a partir de 189 participantes de 33 instituições do Chile e da Venezuela, registram a percepção de que internacionalização, infraestrutura e territorialidade influem no desempenho institucional. Essas conclusões são relevantes justamente porque mostram como a classificação ingressa na administração cotidiana e passa a ser reconhecida como linguagem legítima de decisão.

Da universidade de classe mundial à *ranquimetria* acadêmica

Desde 2003, com a criação do ranking de Xangai, a classificação mundial deixou de ser curiosidade editorial e passou a participar da direção dos sistemas de educação superior. Entre 2006 e 2022, segundo Lloyd e Quintero López (2023), o número de classificações internacionais cresceu de sete para sessenta e três. A expansão quantitativa foi acompanhada por diferenciação temática,



regional e disciplinar. Cada nova lista ampliou o mercado da comparação e ofereceu às instituições outra via para demonstrar posição, reputação e valor.

No interior dessa expansão, a universidade de classe mundial consolidou-se como figura normativa. Thiengo, Bianchetti e De Mari (2018) mostram a correspondência entre seus atributos e os indicadores do ARWU e do THE. Concentração de talentos, prêmios Nobel, medalhas Fields, publicações em Nature e Science, citações, receitas provenientes da indústria, internacionalização e gestão flexível compõem o retrato da instituição desejada. Nessa composição, ensino e pesquisa aparecem submetidos a critérios de visibilidade e rendimento; a qualidade deixa de referir-se à relação da universidade com sua sociedade e passa a ser inferida de sua posição diante de concorrentes globais.

Por meio dessa ranquimetria acadêmica, o número deixa de descrever e começa a comandar. Planos estratégicos incorporam metas de subida; reitorias criam escritórios de inteligência classificatória; políticas nacionais selecionam poucas instituições para receber recursos concentrados; pesquisadores adaptam práticas de publicação aos bancos usados pelos avaliadores. Hazelkorn (2011) formulou a escolha política que permanece aberta: financiar algumas universidades de classe mundial ou construir um sistema de alta qualidade para toda a população. Nas formações dependentes, concentrar recursos em poucas instituições significa retirar meios de redes que ainda precisam expandir acesso, permanência, formação docente e pesquisa regional.

Sob aparência de neutralidade, os rankings reduzem funções heterogêneas a um valor único. A crítica de Ordorika (2015) expõe o núcleo desse procedimento:

Por meio da normalização e da soma ponderada de alguns indicadores selecionados, a avaliação das instituições de educação superior é reduzida a um único número. Na escolha dos indicadores e das fontes de informação, nas metodologias empregadas em sua construção e na ponderação atribuída a cada um deles, ocultam-se limitações e vieses que não são explicitados na apresentação dos resultados. Quase todas as classificações internacionais concentram-se na mensuração de indicadores associados à circulação internacional da produção



científica, como prêmios Nobel, artigos publicados em periódicos indexados na Web of Science ou na Scopus, pesquisadores com elevado número de citações, artigos nas revistas *Nature* e *Science* e média de citações por artigo. As atividades de formação estudantil, extensão universitária, difusão cultural e atendimento às responsabilidades e aos compromissos sociais, funções substantivas das universidades, encontram-se praticamente ausentes dos rankings (Ordorika, 2015, p. 8, tradução nossa).

Na composição das bases bibliométricas, a desigualdade linguística acrescenta outra camada. A pesquisa de Ordorika (2015) registrou que cerca de 1,2 milhão dos 10,5 milhões de docentes em tempo integral da educação superior mundial pertenciam a países de língua espanhola. O catálogo² *Ulrich's* reunia 9.376 revistas acadêmicas em espanhol, porém somente 720 apareciam na *Scopus* e 263 na *Web of Science*. Nos Estados Unidos, de 5.606 revistas, 4.125 estavam presentes nesses índices. A diferença não deriva de mérito científico individual, decorre da arquitetura editorial, da língua dominante, dos custos de indexação e da centralidade histórica de determinados países.

É nesse ponto que a ‘metricolonialidade’ se torna visível. Métricas produzidas por empresas e centros acadêmicos do Norte global convertem uma geografia editorial desigual em hierarquia universal de qualidade. A circulação em inglês recebe valor maior; revistas regionais tornam-se periféricas; temas de interesse local obtêm menor capacidade citacional; áreas com padrões de publicação distintos são comparadas por medidas comuns. A colonialidade métrica não exige proibição explícita, basta que o sistema premie reiteradamente as mesmas formas de publicação e faça da adesão a elas condição de reconhecimento.

Nas pesquisas de reputação, a desigualdade antecede a resposta. Villaseñor Becerra, Moreno Arellano e Flores Orozco (2015) registram que, no THE de 2008, os questionários apresentavam somente três universidades mexicanas aos avaliadores, diante de 130 instituições dos Estados Unidos. A reputação, desse modo, mede reconhecimento previamente distribuído. Universidades conhecidas tornam-se ainda mais conhecidas, e a classificação



anual confirma a memória produzida pelos próprios anos anteriores. Marca institucional e qualidade acadêmica fundem-se numa mesma pontuação.

No plano regional, classificações específicas procuram corrigir a baixa presença latino-americana. Contudo, Lloyd e Quintero López (2023) mostram que os rankings THE e QS alteram pesos entre suas versões mundiais e regionais. Em 2022, o THE atribuía 30% às citações no ranking mundial e 20% no latino-americano; o QS conferia 40% à reputação acadêmica no mundial e 30% no regional, elevando a reputação entre empregadores de 10% para 20%. Se a qualidade fosse uma propriedade absoluta capturada pelo instrumento, mudanças de ponderação não deveriam alterar tão fortemente a posição. A variação confirma que o ranking produz o objeto que declara medir.

Nos dados de 2013 a 2022, a assimetria regional assume forma numérica. Lloyd e Quintero López (2023) identificaram 239 universidades de dezenove países latino-americanos, classificadas 1.989 vezes. A região respondeu por 9,3% das instituições presentes nas listas, mas obteve somente 1% das posições entre as cem primeiras. Apenas a Universidad de Buenos Aires e a Universidad Nacional Autónoma de México chegaram a esse grupo em oito ocorrências. Entre as duzentas primeiras, nenhuma instituição regional apareceu nas cinquenta posições iniciais. A Universidade de São Paulo (USP), a Pontificia Universidad Católica de Chile e a UNAM concentraram a presença entre os lugares 101 e 150.

Ao longo da década, o número de instituições regionais avaliadas cresceu de 83, em doze países, para 231, em dezenove países, aumento de 178% (Lloyd; Quintero López, 2023). A expansão da cobertura, porém, não eliminou a concentração. Brasil e México reuniram 50,2% da participação regional. O Brasil somou 71 instituições e 709 classificações; o México, 36 e 290; o Chile, 26 e 289. Mais universidades foram incorporadas à corrida, sem mudança equivalente no topo. A abertura do cadastro ampliou a base da pirâmide classificatória.

À vista desses números, a baixa posição latino-americana não pode ser explicada por deficiência administrativa isolada; a pesquisa científica requer



financiamento contínuo, laboratórios, bibliotecas, redes de pós-graduação, carreiras estáveis e sistemas editoriais. Lloyd e Quintero López (2023) observam que essas classificações expressam riqueza institucional e estruturas nacionais de financiamento. A comparação entre uma universidade dependente de orçamento público rarefeito e outra dotada de fundos patrimoniais bilionários converte desigualdade de meios em diferença de mérito.

Nesse regime, há uma “ranqueocracia” (cf. Diver, 2022)³ que produz dois efeitos simultâneos. Externamente, reafirma a supremacia das instituições centrais. Internamente, estimula governos latino-americanos a concentrar recursos em poucas universidades capazes de competir. O primeiro efeito legitima a hierarquia mundial; o segundo aprofunda a diferenciação nacional. Cursos sem elevado retorno bibliométrico, campi regionais, extensão popular e licenciaturas passam a disputar recursos em condição desfavorável. A classificação mundial, portanto, não permanece fora da universidade; ela reorganiza prioridades internas e distribui valor entre áreas, pessoas e finalidades.

Capitalismo dependente, capitalismo tardio e captura da função pública

Na formação histórica latino-americana, a universidade nasceu ligada à constituição do poder político, à formação de elites e à elaboração de legitimidades estatais. Acosta Silva (2019) discutiu que autonomia, poder institucional e representação social foram construídos em longa duração. A autonomia não decorre de isolamento, mas do reconhecimento público de uma instituição dotada de regras próprias, autoridade intelectual e capacidade de intervir na vida coletiva. Quando essa autonomia é reduzida à liberdade financeira para buscar receitas, perde-se a dimensão política que lhe deu origem.

No caso brasileiro, Chauí (2003) distinguiu a universidade como instituição social da universidade administrada como organização. A primeira encontra sua



referência na sociedade, no direito, na legitimidade e na autonomia; a segunda orienta-se por objetivos particulares, controle de meios, produtividade e êxito administrativo. Sob a Reforma do Estado dos anos 1990, educação, saúde e cultura foram deslocadas para o setor de serviços que poderiam receber gestão privada. Essa mudança semântica correspondeu a uma mudança material: direitos passaram a ser avaliados pelo custo, e instituições públicas receberam critérios empresariais.

No capitalismo dependente, a conversão da universidade em organização de serviços possui finalidade precisa. Frações burguesas locais, associadas ao capital financeiro e às corporações transnacionais, demandam formação de força de trabalho, pesquisa aplicada e redução do gasto público, mas mantêm nos países centrais os núcleos de decisão tecnológica. Leher (2021) lembra que a coautoria entre universidades brasileiras e empresas apresentava proporção semelhante à observada na União Europeia, cerca de 2,5%, o que enfraquece o argumento de que a universidade brasileira seria avessa à relação com o setor produtivo. O problema reside na forma dependente dessa relação e na baixa disposição empresarial para financiar pesquisa de longo curso.

Sob a mundialização financeira, a função pública da universidade é submetida a uma dupla expropriação: de um lado, a austeridade comprime orçamento, concursos e infraestrutura; de outro, a retórica empresarial apresenta a captação privada como saída inevitável para a carência que a própria política fiscal produz, convertendo a escassez estatalmente fabricada em pretexto para ampliar a presença do capital no interior da instituição (Chesnais, 1996). A insuficiência criada pela política fiscal converte-se em justificativa para aprofundar a privatização. Nesse circuito, a universidade é compelida a buscar receitas no mesmo momento em que se enfraquecem suas condições de definir, com autonomia, os problemas científicos dignos de investigação.

Durante o governo Bolsonaro, a forma autocrática desse processo tornou-se explícita. Leher (2021) examinou o Future-se, as tentativas de intervenção na



escolha de reitores, a guerra cultural e o ataque à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No plano econômico, a proposta associava autonomia a obtenção própria de receitas, empreendedorismo e formação massiva de menor custo. No plano ideológico, universidades foram apresentadas como inimigas da ordem, locais de desperdício e centros de doutrinação. A extrema direita articulou a disciplina ultraliberal à hostilidade contra a ciência.

Em sociedades marcadas por desemprego, subempregos e perda de direitos, esse discurso encontra uma base social contraditória. A experiência cotidiana da precariedade é desviada de suas causas econômicas e dirigida contra servidores, estudantes, pesquisadores e instituições. A universidade, por concentrar conhecimento especializado e recursos públicos, torna-se alvo conveniente. A propaganda oferece uma explicação simplificada: se a vida piora, o problema estaria nos direitos de grupos protegidos, e não na apropriação privada da riqueza. Para Leher (2019), a ascensão da extrema direita brasileira decorre da austeridade, da perda de força das organizações populares e à atuação de centros ideológicos transnacionais.

No plano continental, essa corrente se combina com histórias nacionais distintas, porém encontra condições comuns: dívida pública, desindustrialização, informalidade, dependência tecnológica e concentração midiática. O anticientificismo não é exterior à economia política, ele reduz a capacidade pública de questionar interesses privados, deslegitima pesquisas sobre desigualdade e abre espaço para decisões guiadas por corporações. Quando a universidade perde autoridade pública, amplia-se a possibilidade de subordiná-la a contratos, métricas e plataformas.

Sob essa captura, a uberização aparece como pedagogia social do capital tardio. Leher (2021) descreve a associação entre autoempreendedorismo, pejotização e trabalho sem direitos. A universidade recebe a tarefa de formar indivíduos aptos a vender continuamente sua força de trabalho, assumir riscos privados e interpretar insegurança como liberdade. O conteúdo formativo desloca-se da compreensão crítica da sociedade para a adaptação individual



a mercados instáveis. A formação humana cede espaço ao treinamento para a sobrevivência concorrencial.

Na formulação de Dias Sobrinho (2018), o dever público da universidade exige outra medida de qualidade:

Primeira observação, óbvia, mas necessária: responsabilidade social da Universidade não é a mesma coisa que responsabilidade da sociedade em relação à Universidade. Esta última assume, sem declarar, que a Universidade (por extensão, a educação) é um patrimônio público a ser mantido e desenvolvido por todos. Todo princípio tem o dever como contrapartida. O princípio é: a educação (portanto, a Universidade) é um bem público, essencial e insubstituível, patrimônio comum, direito de todos. O dever é: a sociedade (e, por óbvio, o Estado) é responsável pela manutenção, funcionamento, supervisão e democratização desse patrimônio público, sempre com a mais elevada qualidade possível. Qualidade técnica e, inafastavelmente, social. A qualidade universitária deve ser para todos e em benefício de todos (Dias Sobrinho, 2018, p. 586).

A crítica de Dagnino (2015) acrescenta outro elemento: a oposição periférica entre qualidade e relevância. Quando a agenda de pesquisa imita temas valorizados no exterior, a universidade pode obter reconhecimento dos pares sem responder aos problemas nacionais. Quando se aproxima de grupos populares sem densidade teórica, pode reduzir sua contribuição a ações imediatas. A universidade necessária exige superar essa cisão por meio de pesquisa avançada vinculada a necessidades sociais, extensão integrada e ensino capaz de formar sujeitos que compreendam as determinações de sua própria existência.

No capitalismo dependente, portanto, a função pública não pode ser definida por uma soma de atividades; ela requer autonomia diante do capital, financiamento estatal estável, compromisso com a escola pública, produção científica orientada por problemas regionais e democratização do acesso. Sem esses elementos, a ascensão em rankings pode coexistir com desagregação institucional. A universidade melhora sua posição externa e empobrece sua relação interna com a sociedade que a financia.



Licenciaturas: a medida social da universidade

Entre as atividades pouco valorizadas pelas classificações globais, a formação de professores oferece a medida mais concreta da responsabilidade universitária com a reprodução cultural da sociedade. As licenciaturas ligam a educação superior às creches, escolas, redes municipais e estaduais, comunidades rurais, periferias urbanas, educação indígena, educação especial e educação de jovens e adultos. Por meio delas, o conhecimento universitário ingressa na escolarização comum e alcança gerações que talvez jamais acessem diretamente um campus.

Apesar dessa centralidade social, a história brasileira atribuiu menor prestígio às licenciaturas. Gatti (2010) reconstrói a permanência do modelo em que a formação disciplinar ocupa o centro e a preparação pedagógica recebe espaço reduzido. A separação entre bacharelado e licenciatura não é apenas divisão curricular, ela distribui valor acadêmico: pesquisa e conteúdo específico recebem estatuto superior, ao passo que docência, escola e prática educativa são tratadas como acréscimos profissionais.

Na passagem abaixo, a autora condensa a fragmentação institucional que acompanha essa hierarquia:

De qualquer modo, o que se verifica é que a formação de professores para a educação básica é feita, em todos os tipos de licenciatura, de modo fragmentado entre as áreas disciplinares e níveis de ensino, não contando o Brasil, nas instituições de ensino superior, com uma faculdade ou instituto próprio, formador desses profissionais, com uma base comum formativa, como observado em outros países, onde há centros de formação de professores englobando todas as especialidades, com estudos, pesquisas e extensão relativos à atividade didática e às reflexões e teorias a ela associadas. Lembremos também que, historicamente, nos cursos formadores de professores esteve desde sempre colocada a separação formativa entre professor polivalente – educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental – e professor especialista de disciplina, como também para estes ficou consagrado o seu confinamento e dependência aos bacharelados disciplinares (Gatti, 2010, p. 1358).



Sob essa fragmentação, a formação docente perde unidade. Currículos reúnem disciplinas sem projeto comum; departamentos preservam jurisdições próprias; estágios aparecem no fim do curso; a escola básica comparece como local de aplicação e não como espaço de produção de questões científicas. A universidade socialmente necessária exige movimento inverso: o problema educacional deve integrar fundamentos históricos, conteúdo específico, didática, políticas públicas e conhecimento da realidade escolar desde o início do percurso formativo.

Nos dados reunidos por Gatti *et al.* (2019), a expansão recente aprofundou a presença privada e a educação a distância. Na Licenciatura em Pedagogia, para cada 23 matrículas privadas na modalidade a distância correspondiam menos de duas matrículas públicas. Mesmo entre cursos presenciais, as matrículas privadas eram quase o dobro das estatais. A oferta cresceu, mas o crescimento ocorreu sob modelos empresariais de grande escala, tutorias e forte separação entre instituição formadora e escola.

Na formação de professores de áreas específicas, a distribuição apresenta diferenças, mas a cultura bacharelesca permanece. Gatti *et al.* (2019) registram que licenciaturas continuam organizadas em torno de disciplinas isoladas, apesar de a educação básica demandar articulação entre áreas. Os(as) autores(as) também indicam desigualdade nas condições dos formadores: instituições privadas concentram contratos parciais e horistas; instituições públicas oferecem maior presença de dedicação integral ou exclusiva. A forma contratual interfere diretamente na possibilidade de acompanhar estudantes, articular estágios, produzir pesquisa educacional e construir projetos coletivos.

Por esse motivo, o lugar das licenciaturas não pode ser avaliado somente pelo número de vagas. A expansão quantitativa pode coexistir com empobrecimento formativo. Cursos baratos, turmas numerosas e trabalho docente fragmentado atendem à necessidade empresarial de reduzir custos, porém não respondem à complexidade da educação básica. O conhecimento pedagógico exige estudo continuado, convivência institucional, pesquisa,



supervisão e relação estável com escolas. A formação a distância pode integrar políticas públicas em condições específicas; convertida em via dominante de mercantilização, ela separa licenciandos das experiências que deveriam compreender.

No interior da universidade de classe mundial, essa atividade encontra baixa correspondência com os indicadores centrais. Ordorika (2015) observa que formação de estudantes, extensão e compromissos sociais quase desaparecem das classificações. Thiengo, Bianchetti e De Mari (2018) mostram que citações, reputação, receitas e internacionalização recebem pesos elevados. A consequência institucional é previsível: áreas capazes de gerar artigos altamente citados e contratos empresariais adquirem maior força na disputa orçamentária. Licenciaturas, cujo valor se realiza na qualidade da escola ao longo de décadas, oferecem retorno classificatório baixo e difuso.

Ao examinar rankings latino-americanos como medida de qualidade, King-Domínguez, Llinàs-Audet e Améstica-Rivas (2018) identificaram reputação, pesquisa, internacionalização e recursos como dimensões de segmentação institucional. O estudo mostra que as classificações regionais podem ordenar universidades com relativa similaridade. Contudo, a concordância entre listas não resolve o problema do critério; diversos instrumentos podem concordar porque compartilham a mesma concepção de qualidade, e não porque capturam a contribuição pública das instituições.

No Chile e Venezuela, Ganga-Contreras *et al.* (2022) encontraram poucas diferenças gerais na percepção dos especialistas consultados, com destaque para internacionalização, infraestrutura e territorialidade. A territorialidade merece atenção; uma universidade ligada a uma região pouco industrializada, com forte presença rural ou indígena, recebe tarefas que não se convertem facilmente em citações globais. Seus cursos formadores podem constituir a principal via de provisão de professores. Medir essa instituição pelos mesmos critérios aplicados a uma universidade metropolitana de pesquisa intensiva produz uma comparação formal e socialmente desigual.



Por isso, as licenciaturas funcionam como prova histórica da universidade. Onde recebem financiamento, carreira docente, pesquisa e integração com escolas, existe compromisso com a universalização do conhecimento. Onde são tratadas como cursos de baixo custo, a função pública encontra-se reduzida. A questão não consiste em opor formação docente à pesquisa de alto nível, consiste em perguntar por que uma instituição considerada excelente aceitaria formar precariamente os profissionais responsáveis pela educação da maioria.

Em uma universidade socialmente necessária, as licenciaturas deveriam ocupar posição estratégica. Isso implica centros interdisciplinares de formação, presença orgânica das redes públicas, estágios desde os primeiros períodos, pesquisa vinculada aos problemas escolares, formação cultural ampla e carreira digna para os formadores. Implica também reconhecer que a escola estatal é uma das principais instituições de socialização do conhecimento científico. Sem professores bem formados, a ciência universitária permanece concentrada e a democracia perde substância material.

Sob o capitalismo dependente, esse compromisso adquire sentido continental. Países que importam tecnologia, sofrem restrições fiscais e convivem com desigualdade precisam de sistemas públicos capazes de formar professores em todo o território. A busca por algumas instituições de classe mundial não supre essa necessidade; um sistema socialmente necessário deve elevar as condições gerais, sem abandonar centros de pesquisa avançada. A excelência de poucos não compensa a precariedade de muitos.

Precarização do trabalho científico, doutoruberização e fuga de cérebros

Ao lado das licenciaturas, o destino dos jovens doutores expõe outra expressão da universidade subordinada. A pós-graduação ampliou a formação científica, mas a criação de vínculos estáveis permaneceu muito aquém desse crescimento. Entre a titulação e a inserção profissional, instalou-se uma espera prolongada, marcada por relações provisórias de trabalho que dissolvem a



continuidade da vida acadêmica. A instituição forma pesquisadores em escala crescente, mas devolve a cada indivíduo a responsabilidade por sobreviver num mercado estreito, no qual o desemprego aparece como fracasso pessoal e não como produto de uma estrutura que produz qualificação sem garantir trabalho.

A “doutoruberização” nomeia esse rebaixamento do trabalho científico. Seu núcleo não reside na plataforma digital, mas na conversão da atividade intelectual em prestação fragmentária, sem carreira, estabilidade ou tempo social protegido para pesquisa. O doutorado perde sua condição de ingresso numa comunidade científica duradoura e passa a funcionar como credencial submetida à concorrência por ocupações descontínuas. Desse modo, o pesquisador é compelido a vender parcelas de sua formação conforme a demanda imediata, convertendo anos de estudo em trabalho disperso e a autonomia acadêmica em disponibilidade permanente.

No capitalismo tardio, a formação prolongada convive com compressão salarial. O mesmo sistema que exige publicação internacional, domínio de idiomas, mobilidade e experiência técnica reduz concursos e laboratórios. A contradição favorece a fuga de cérebros. Países centrais recebem trabalhadores cuja formação foi financiada por recursos públicos de países dependentes. A mobilidade acadêmica, que poderia construir cooperação simétrica, converte-se em transferência unilateral de força de trabalho qualificada.

Fargoni (2023) relaciona esse movimento à retração do financiamento científico brasileiro. Com base em séries do MCTI e do Ipea, o estudo registra que o orçamento do ministério em 2021 foi 78,25% inferior ao de 2008. Entre 2019 e 2021, cerca de R\$ 12,716 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ficaram contingenciados. O corte não representa somente redução contábil; ele interrompe pesquisas, dissolve equipes, adia concursos e faz pesquisadores buscar outros países ou outras profissões.

Os dados migratórios citados pelo estudo reforçam a relação. Em 2020, aproximadamente 3,3 mil profissionais altamente qualificados solicitaram vistos



preferenciais para os Estados Unidos, com crescimento de quase 11% diante do ano anterior. As declarações de saída definitiva de brasileiros passaram de 8.170, em 2011, para 23.271, em 2018; em 2019, foram 22.549 registros (Fargoni, 2023). Nem toda saída corresponde a pesquisador, mas a tendência oferece um indicador do ambiente material em que a evasão científica se desenvolve.

Sob a ranqueocracia, a fuga de cérebros recebe leitura ambígua. A saída de pesquisadores pode elevar coautorias internacionais e redes de citação, favorecendo indicadores institucionais. Para o sistema nacional, porém, significa perda de capacidade científica, orientação de estudantes e continuidade de laboratórios. A métrica contabiliza o artigo em parceria; a sociedade arca com a ausência do profissional; o mesmo processo pode melhorar um número e enfraquecer uma instituição.

Sob a extrema direita, o problema ganha componente político. Ataques públicos a universidades, desqualificação de pesquisadores e negacionismo produzem um ambiente hostil à permanência. Para Leher (2019, 2021), a guerra cultural não se reduz a discurso eleitoral; ela oferece base para cortes, intervenções e privatização. Ao apresentar ciência como privilégio ou fraude, o poder político diminui o custo simbólico de abandonar laboratórios e carreiras.

Para romper esse circuito, uma política universitária socialmente necessária deve recompor, numa mesma direção pública, a formação avançada, a carreira científica e o financiamento estatal. Quando a expansão da pós-graduação se separa da criação de vínculos duradouros, o sistema produz títulos sem destino institucional e transfere ao pesquisador o ônus de uma insuficiência politicamente produzida. Quando a internacionalização é exigida sem condições materiais de retorno, a mobilidade acadêmica converte-se em via de evasão permanente. Sob o mesmo princípio, licenciaturas abertas sem quadros estáveis rebaixam a formação docente a expediente administrativo. À função pública da universidade corresponde, portanto, uma política de longo curso, capaz de distribuir oportunidades científicas entre regiões e de vincular formação, trabalho e permanência institucional.



Sob essa perspectiva, a fuga de cérebros não constitui falha moral de quem parte, mas resposta individual a condições objetivas de trabalho. Na crítica da economia política, Marx (2013) demonstrou que a força de trabalho, embora formada socialmente, ingressa nas relações capitalistas como capacidade submetida à apropriação privada. Nas sociedades dependentes, essa contradição alcança a produção científica: recursos públicos financiam longos processos de formação, mas a estrutura universitária dispensa o pesquisador justamente no grau mais elevado de qualificação. Sem condições materiais para permanecer, o cientista transfere sua força intelectual a sistemas centrais, que recebem uma capacidade científica cujo custo social foi suportado na periferia. A saída individual completa, assim, um circuito internacional de transferência de trabalho qualificado e aprofunda a dependência que a universidade deveria combater.

A universidade socialmente necessária como projeto histórico

Diante dos limites da universidade de classe mundial, a alternativa não consiste em aceitar baixa qualidade ou isolamento internacional. Uma universidade socialmente necessária deve produzir ciência rigorosa, participar de redes globais e formar pesquisadores, porém subordina esses meios a finalidades públicas. A diferença não está na ausência de pesquisa avançada, mas na direção social da política universitária. Prestígio externo pode ser consequência; não deve comandar a instituição.

Partindo da passagem proposta por Hazelkorn (2011) das universidades de classe mundial aos sistemas de classe mundial, a realidade latino-americana exige outro critério: sistemas socialmente necessários, capazes de articular pesquisa avançada, formação docente e democratização sem concentrar recursos em poucas instituições metropolitanas. Nessa direção, a autonomia analisada por Acosta Silva (2019) adquire conteúdo político quando a universidade é reconhecida como direito coletivo, pois sua força pública



deriva da presença concreta na vida social, mediante formação, pesquisa e extensão orientadas às necessidades históricas da população.

Na esfera científica, Dagnino (2015) desloca a agenda universitária da imitação dos centros para necessidades sociais historicamente produzidas, sem reduzir a pesquisa a utilidades imediatas. Problemas ligados à reprodução da vida coletiva exigem elaboração teórica e técnica elevada; por isso, a vinculação social redefine objetos e finalidades da ciência. Nesse mesmo movimento, as licenciaturas precisam abandonar a posição subordinada. Gatti (2010) e Gatti *et al.* (2019) defendem integração curricular, valorização dos formadores e relação contínua com a escola pública, pois formar professores significa assegurar a circulação social do conhecimento e enfrentar a reprodução da desigualdade escolar.

Na esfera do trabalho, a universidade socialmente necessária deve romper com a doutoruberização por meio de carreiras estáveis, financiamento público e condições materiais de permanência. Fargoni (2023) demonstra que a mobilidade acadêmica, sem base institucional interna, converte cooperação em evasão científica. Desse modo, a internacionalização só cumpre função pública quando amplia capacidades nacionais e regionais, preserva pesquisadores e subordina a circulação internacional às necessidades coletivas, em vez de favorecer a apropriação do trabalho qualificado pelos centros.

No plano da avaliação, a metricolonialidade precisa ser enfrentada por indicadores públicos, multidimensionais e contextualizados. Produção bibliográfica, citações e cooperação internacional podem integrar a análise, mas devem conviver com formação de estudantes, contribuição à escola estatal, extensão, redução de desigualdades, presença regional, condições de trabalho e produção em línguas locais. Nenhum índice único pode representar a qualidade de uma universidade. Avaliação deve produzir compreensão e orientação pública, não uma lista de vencedores.

Nesse sentido, rankings regionais não resolvem o problema quando apenas alteram ponderações. Lloyd e Quintero López (2023) demonstraram



que a posição varia conforme a metodologia. Uma avaliação latino-americana precisa partir da história e das necessidades da região, não de uma adaptação secundária do modelo global. A pergunta deve deixar de ser qual instituição se aproxima mais de *Harvard* ou *Oxford*. Deve perguntar qual instituição amplia a capacidade coletiva de compreender e transformar sua sociedade.

Ao final, a oposição entre os dois projetos pode ser resumida por seus critérios. A universidade de classe mundial busca posição; a socialmente necessária busca universalização do conhecimento. A primeira concentra recursos para competir; a segunda distribui capacidades sem abandonar pesquisa avançada. A primeira mede reputação; a segunda responde por formação, ciência, democracia e vida coletiva. A primeira adequa-se à hierarquia mundial; a segunda procura romper a subordinação que a reproduz.

Considerações finais

No percurso desenvolvido, a universidade de classe mundial mostrou-se inseparável dos rankings que lhe conferem forma visível. Prêmios, citações, reputação, internacionalização e receitas empresariais constituem critérios adequados a instituições dotadas de riqueza acumulada, sistemas científicos centrais e circulação editorial privilegiada. Aplicados como medida universal, convertem desigualdade histórica em hierarquia acadêmica e apresentam concentração de recursos como mérito institucional.

Na América Latina, os dados de 2013 a 2022 confirmam essa assimetria. A região reuniu 9,3% das instituições classificadas e somente 1% das posições entre as cem primeiras. A ampliação do número de participantes não alterou a distribuição superior. Mais universidades ingressaram nas listas, porém o topo permaneceu concentrado. A ranqueocracia ampliou a competição sem democratizar seus resultados.

Diante da primeira pergunta, conclui-se que a adoção classificatória produz um projeto universitário seletivo. Atividades mensuráveis recebem prestígio, planejamento e recursos; funções públicas de retorno lento ou difuso



permanecem secundárias. A meticolosidade conduz instituições dependentes a reorganizar prioridades segundo parâmetros externos e a comparar-se com universidades sustentadas por condições materiais incomparáveis.

Diante da segunda pergunta, as licenciaturas revelam o custo social desse projeto. Fragmentação curricular, cultura bacharelesca, crescimento privado a distância e contratos frágeis dos formadores indicam que a formação docente ainda ocupa posição inferior. Uma universidade incapaz de oferecer formação consistente aos professores da escola estatal pode obter visibilidade internacional, mas não alcança qualidade social.

Na esfera do trabalho científico, a doutoruberização e a fuga de cérebros completam o quadro. A formação de pesquisadores cresce sob redução de concursos, bolsas defasadas e cortes orçamentários. Países dependentes financiam longos percursos formativos e perdem profissionais para sistemas centrais ou para ocupações sem relação com sua qualificação.

Sob a ascensão da extrema direita, austeridade e anticientificismo compõem uma mesma ofensiva contra a universidade pública. A deslegitimação simbólica prepara a retirada de recursos; a retirada de recursos reduz sua presença social e oferece novo pretexto à campanha que a acusa de inutilidade. A ruptura desse circuito depende da recomposição material da instituição e de sua reconexão permanente com as necessidades populares, pois autonomia sem base pública converte-se em fórmula jurídica vazia.

Por essa razão, a universidade socialmente necessária não pode ser definida como modelo fixo, mas como princípio histórico de orientação. Sua qualidade se mede pela capacidade de converter conhecimento em direito social e de articular, numa mesma totalidade, a formação de professores, a pesquisa e a extensão. Quando essas dimensões se separam, a função pública se dissolve; quando se realizam como unidade, a universidade deixa de responder à métrica do prestígio e passa a responder às exigências da vida coletiva.

Em última instância, a escolha não se reduz a estar dentro ou fora dos rankings. A questão reside em decidir quem define a qualidade e a serviço



de quais necessidades ela será construída. Para sociedades dependentes, subir posições sem alterar a divisão internacional do conhecimento significa administrar a própria subordinação. Construir universidades socialmente necessárias significa converter ciência e formação em força coletiva de emancipação.

Referências

ACOSTA SILVA, Adrián. El poder universitario en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, Ciudad de México, v. 81, n. 1, p. 117-144, ene./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/rms/v81n1/0188-2503-rms-81-01-117.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso em: 22 jul. 2026.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DAGNINO, Renato. Como é a universidade de que o Brasil precisa? **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 2, p. 293-333, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/CP5DRh6nPspXG3NtK3khjqJ/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

DIAS SOBRINHO, José. Responsabilidade social da Universidade em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 23, n. 3, p. 586-589, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000300001>. Acesso em: 22 jul. 2026.

DIVER, Colin. **Breaking ranks**: how the rankings industry rules higher education and what to do about it. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2022.

FARGONI, Everton Henrique Eleutério. Ciência, trabalho e a fuga de cérebros do Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 101-115, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2023.40156>. Acesso em: 22 jul. 2026.



GANGA-CONTRERAS, Francisco; SUÁREZ-AMAYA, Wendolin; VALDERRAMA-HIDALGO, Claudia; SALAZAR-BOTELLO, Carlos. Rankings universitarios e influencia en el desempeño: comparando perspectivas en Chile y Venezuela. **Retos**, Cuenca, v. 12, n. 24, p. 200-210, oct. 2022/mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17163/ret.n24.2022.01>. Acesso em: 22 jul. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>. Acesso em: 22 jul. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019.

HAZELKORN, Ellen. **World-Class Universities or World-Class Systems?** Rankings and Higher Education Policy Choices. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: <https://arrow.tudublin.ie/cseroth/39/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

KING-DOMÍNGUEZ, Andrea; LLINÀS-AUDET, Xavier; AMÉSTICA-RIVAS, Luis. Rankings universitarios como medida de calidad: análisis comparado en Latinoamérica. **Revista Venezolana de Gerencia**, Maracaibo, v. 23, ed. esp. 1, p. 218-237, 2018. Disponível em: <https://produccioncientificaluz.org/index.php/rvg/article/view/24465>. Acesso em: 22 jul. 2026.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: Future-se e guerra cultural como expressões da autocracia burguesa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e241425, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.241425>. Acesso em: 22 jul. 2026.

LLOYD, Marion; QUINTERO LÓPEZ, Adrián. **Los rankings universitarios en América Latina (2013-2022)**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2023.



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORDORIK, Imanol. Rankings universitarios. **Revista de la Educación Superior**, Ciudad de México, v. 44, n. 173, p. 7-9, ene./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/resu/v44n173/v44n173a1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

THIENGO, Lara Carlette; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade de Classe Mundial no contexto latino-americano e caribenho: o que dizem os organismos internacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 76, p. 259-278, jul./ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.65341>. Acesso em: 22 jul. 2026.

THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio; DE MARI, Cezar Luiz. Rankings acadêmicos e universidades de classe mundial: relações, desdobramentos e tendências. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 1041-1058, out./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018193956>. Acesso em: 22 jul. 2026.

VILLASEÑOR BECERRA, Jorge Ignacio; MORENO ARELLANO, Carlos Iván; FLORES OROZCO, Jorge Enrique. Perspectivas actuales sobre los rankings mundiales de universidades. **Revista de la Educación Superior**, Ciudad de México, v. 44, n. 175, p. 41-67, jul./sept. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resu.2015.09.001>. Acesso em: 22 jul. 2026.

Notas

- 1 ARWU é a sigla de *Academic Ranking of World Universities*, classificação criada pela Universidade Jiao Tong de Xangai, centrada em produção científica, citações e premiações acadêmicas. THE corresponde a *Times Higher Education World University Rankings*, que avalia ensino, pesquisa, citações, internacionalização e receitas institucionais. QS designa *QS World University Rankings*, elaborado pela empresa britânica *Quacquarelli Symonds*, com indicadores de reputação acadêmica, empregabilidade, citações, proporção docente-estudante e internacionalização.



- 2 O catálogo Ulrich's é um diretório global que reúne dados de periódicos. Já a Scopus e a Web of Science são as maiores bases de dados que analisam citações, indexam revistas científicas de alta relevância e medem a produção dos pesquisadores mundiais.
- 3 O termo dialoga com o vocábulo inglês *rankocracy*, empregado por Colin Diver (2022) para designar o poder adquirido pela indústria das classificações sobre a educação superior. Neste artigo, "ranqueocracia" recebe elaboração conceitual vinculada às condições universitárias latino-americanas.



Como citar

FARGONI, E. H. E. Universidades de classe mundial ou universidades socialmente necessárias? Rankings, licenciaturas e função pública no capitalismo dependente. **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-30, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.55781>.

Submetido em: 22 de julho de 2026

Aceito em: 17 de agosto de 2026

Publicado em: 23 de setembro de 2026



CRedit

Reconhecimentos	Não se aplica
Financiamento	Não se aplica
Conflicto de intereses	O autor certifica que não tem interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito
Aprovação ética	Não se aplica
Contribuição dos autores	FARGONI, E. H. E. declara ter realizado conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, redação, supervisão, validação, visualização, revisão e edição.

Equipe Editorial

Editora de seção:	Gabriele Machado
Membro da equipe de produção:	Luciana Alvares Ribeiro Bueno de Oliveira
Assistente de editoração:	Márcia Adriana de Faria Ribeiro
Layout e diagramação:	Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico

